

MANIFESTO ÉTICO E POLÍTICO

Os Desafios Éticos e Políticos da Formação e da Intervenção do(a) Assistente Social na Contemporaneidade

Maria Lucia Barroco

Quero agradecer ao convite – feito pela Professora Dra. Alcina Martins e demais membros da comissão organizadora – para a minha participação neste colóquio de comemoração dos 70 anos da Escola de Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga. Quero saudar e parabenizar a todos e todas os(as) protagonistas da história desta escola que é uma referência para o Serviço Social português em termos do seu compromisso com a pesquisa e com uma formação profissional crítica e eticamente comprometida com valores democráticos.

Recentemente, ministrando um curso para assistentes sociais em Lisboa, tive a oportunidade de ouvir o belíssimo depoimento de uma colega, Isabel, que ao se posicionar ética e politicamente sobre a realidade vivida hoje pela profissão afirmava, com orgulho, que sua consciência crítica havia sido construída no curso de Serviço Social, em Coimbra.

Também merece destaque a iniciativa deste evento – ao apresentar os trabalhos dos alunos que cumprem estágio de intercâmbio no Instituto Miguel Torga – a exemplo dos doutorandos da PUC-SP que aqui estão. Neste momento que estamos – o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP e o Instituto Superior Miguel Torga – assinando o Protocolo, que virá estruturar formalmente as bases de uma política de fomento ao intercâmbio da pesquisa e do conhecimento entre Brasil e Portugal, quero agradecer às Professoras Dra. Alcina Mar-

tins e Mestre Rosa Tomé pelo carinho e pela dedicação com que têm recebido nossos alunos aqui no Instituto.

Pretendo apresentar os fundamentos de uma determinada concepção ética e política para então situar os desafios que, em meu entender, estariam hoje colocados à formação e à intervenção do assistente social tendo em vista estas duas dimensões.

Na vida cotidiana, uma dada situação nos provoca indignação; expressamos nossa posição em face da questão, chamando pela justiça ou optamos por omiti-la? Quais são as implicações da nossa ação para os outros envolvidos na mesma? O que isso significa em termos éticos? Em outra situação que envolve um conflito de interesses, sou chamada a intervir e não tenho escolha a não ser a de assumir um posicionamento. Julgamos sempre que a nossa escolha é a melhor; mas o que nos garante que assim seja?

Em todos estas situações estamos em face de vivências e conflitos éticos, ou seja, de vivências que têm por natureza – por um lado, demandar uma ação motivada por escolhas de valor, por outro, objetivar ou não valores socialmente construídos, que dizem respeito ao que é valorado como bom ou mau; justo ou injusto, servindo de orientação aos costumes, aos comportamentos, aos juízos de valor, aos ideais e projetos dos indivíduos de determinado contexto histórico. São situações que – mesmo dizendo respeito a escolhas e decisões individuais – sempre envolvem outros indivíduos, por isso as ações éticas têm implicações sociais, o que significa dizer que o sujeito ético deve se responsabilizar por suas escolhas, tendo em vista os seus resultados para outros.

A natureza valorativa, prática e social da ética é que lhe permite constituir-se como parte da práxis, sendo, portanto, um componente do agir humano. Só o homem como ser social é capaz de agir eticamente, pois além de criar valores ele também cria as alternativas; por isso ele é um ser livre e a liberdade é o fundamento da ética; isto é, o homem é um ser prático-social: capaz de criar valores e alternativas, um ser capaz de saber o que faz, de decidir e escolher racional e conscientemente com base em alternativas de valor, de responsabilizar-se por suas escolhas.

Portanto, a liberdade que está na gênese da ética não é um valor abstrato, mas uma capacidade humana concreta e historicamente determinada. Para que a liberdade exista é preciso que os homens tenham, objetivamente, condições sociais que lhes permitam intervir conscientemente na realidade, transformando seus projetos ideais em alternativas concretas de liberdade, ou seja, de novas escolhas e novos projetos.

São os homens que criam as alternativas e os valores, mas, tendo em vista a existência de interesses e necessidades sociais dominantes, os valores ético-morais de uma dada sociedade tendem a reproduzir, de forma preponderante, tais expressões dominantes, o que não exclui a existência de outras referências valorativas, inclusive as de oposição, o que nos aponta para a impossibilidade de uma ação ética neutra. Por sua natureza valorativa, a ética supõe posicionamentos de valor, mesmo que eles sejam de omissão em face das ações.

Sendo histórica, essa capacidade é relativa às condições objetivas em que os sujeitos exercem a sua vida prática social. Os valores e a autonomia dos sujeitos variam de acordo com a existência de alternativas de escolha objetivas e do seu conhecimento crítico, do que se conclui que nem sempre as escolhas são livres e nem sempre existem alternativas para que as escolhas se coloquem como possibilidade.

A ética profissional é uma expressão destas capacidades na vida profissional, constituída pelas esferas teórico-filosófica, moral prática e normativa.

Esfera teórica. Trata-se das orientações filosóficas e teórico-metodológicas que servem de base às concepções éticas profissionais, com seus valores, princípios, visão de homem e de sociedade.

Esfera moral prática. Diz respeito: a) ao comportamento prático individual dos profissionais relativos às ações orientadas pelo que se considera bom/mau, aos juízos de valor, à responsabilidade e compromisso social, à autonomia e consciência em face das escolhas e das situações de conflito; b) ao conjunto das ações profissionais em sua organização coletiva direcionada teleologicamente para a realização de determinados projetos com seus valores e princípios éticos.

Esfera normativa. Expressa no Código de Ética Profissional, exigido das profissões liberais. Trata-se de um código moral que prescreve normas, direitos, deveres e sanções determinadas pela profissão, orientando o comportamento individual dos profissionais.

A ética objetiva-se através da prática moral, mas seu caráter normativo não impede necessariamente a liberdade. Dizemos que o indivíduo comporta-se como sujeito ético quando ele é capaz de deliberar diante do possível de forma responsável e livre, ou seja, com autonomia, o que supõe não estar coagido por poderes externos, agir de acordo com sua capacidade de autodeterminação.

A partir destas considerações de fundo, passamos então a situar algumas questões para a reflexão.

As profissões são expressões particulares do movimento de (re)produção da vida social, onde se desenvolvem os projetos sociais com suas tendências éticas e políticas.

Nesse sentido, quais são as tendências éticas e políticas postas hoje no horizonte dos projetos sociais em curso?

Estruturalmente considerada, a sociedade burguesa reproduz modos de ser que tendem a negar o caráter social, consciente e livre da ética. As decisões políticas reproduzem interesses econômicos privados e os indivíduos não participam das deliberações coletivas com direitos iguais.

O ethos inerente à (re)produção das relações sociais capitalistas é um modo de ser predominantemente mercantil, donde o significado mercantil de seus valores e a tendência à reprodução de costumes legitimadores do individualismo, da posse de bens materiais, da competição e da coisificação das relações humanas.

Quando assistimos a uma propaganda na mídia nos mostrando uma relação amorosa onde o amor é sinônimo de um objeto, de uma jóia, ou um objeto de consumo como um automóvel, passa a ser incorporado ao seu possuidor que adquire poder e virtudes em função de seu objeto, estamos assistindo às formas peculiares de reprodução ideológica do ethos burguês, na posse incessante de bens de consumo e na mercantilização das relações humanas, na valorização do interesse privado e no egoísmo ético, construindo uma sociabilidade orientada pela idéia de que a liberdade de um impede a liberdade do outro e que a competição impõe a cada um obter mais vantagens sobre os outros.

Na conjuntura atual, na etapa da chamada globalização do capital e de implementação das políticas neoliberais, observa-se o acirramento destas tendências, pois a luta pela sobrevivência e os processos de desumanização vividos sob o impacto de diferentes formas de violência e desrespeito aos direitos humanos tem produzido a dispersão, a fragmentação de grupos e classes sociais, contribuindo para a destruição de seus vínculos de sociabilidade, de sua identidade e referencial de ação, transformando a fragmentação e dispersão em fatos naturais e valores positivos.¹

Na sociedade contemporânea, as conseqüências sócio-econômicas e ideo-políticas das profundas transformações operadas pelo capitalismo mundial no mundo do trabalho e nas instituições burguesas, tendo

¹ Marilena Chauí, 2006. *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo: Cortez.

por finalidade a sua reestruturação nos moldes neoliberais, descortinam um cenário perverso, em termos dos direitos humanos e das possibilidades de realização de valores éticos emancipatórios.

Trata-se de um contexto de perda de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores e de um processo de desumanização, no qual as condições para assegurar a manutenção da vida humana não estão sendo garantidas para grande parte da humanidade, em vários aspectos, materiais e subjetivos. O desemprego, a pobreza, a desregulamentação do trabalho e da proteção social, o aprofundamento da exclusão e da exploração, a violência, a degradação ambiental, a dependência político-econômica de centenas de países pobres em face da dívida externa, entre outros, evidenciam o abismo entre o desenvolvimento do gênero humano e a pobreza da maioria da humanidade.

A sociabilidade burguesa funda sua ética no princípio liberal segundo o qual a liberdade de cada indivíduo é o limite para a liberdade do outro. Dadas as condições objetivas favorecedoras da reprodução do modo de vida mercantil, valorizador da posse material e subjetiva de objetos de consumo, cria-se, na prática, uma ética individualista, orientada pela idéia de que o 'outro' é um 'estorvo' à liberdade, entendida como a incessante busca de vantagens e acúmulo de bens cuja duração é tão efêmera quanto às relações que lhes dão sustentação.

O repetitivo discurso moralizante presente na mídia, em certos meios de comunicação de massa, ao incentivar direta ou indiretamente o ethos liberal burguês, a violência, a abstração, o moralismo e o conservadorismo, fortalece a descrença na política, em sua forma democrática, reforçando apelos à ordem, a medidas repressivas, a soluções morais para a crise social.

Esse cenário nos aponta duas tendências: a negação da política e a afirmação da ética através de apelos moralizantes.

A despolitização da sociedade é um fato observável empiricamente a partir das últimas décadas do século XX, por um lado, a derrocada do socialismo real, a desesperança em face das experiências com a social democracia, a crise dos partidos de esquerda tradicionais, o ressurgimento e fortalecimento de grupos e projetos neoconservadores e por outro, com as conseqüências das políticas neoliberais em face da crise do capitalismo assim como as transformações do mundo do trabalho, a desorganização política das classes trabalhadoras, com desregulamentação de seus direitos e rebaixamento de suas condições de vida, em geral.

A negação da política como espaço de participação e de transformação coletiva se expressa como uma demanda do conservadorismo neoliberal que também tende a naturalizar e valorizar a fragmentação e dispersão sócio-econômica, estimulando o individualismo competitivo e o sucesso a qualquer preço, contribuindo para a reprodução de práticas de sublimação das condições de desumanização, como os fundamentalismos ou o incentivo ao individualismo exacerbado.

Nesse contexto de negação da política, do coletivo, da organização e da participação, ocorre uma tendência historicamente observável em momentos de crise social e nas elaborações de pensadores cuja resposta teórica objetiva a justificação da ordem social dada, como é o caso dos positivistas ou dos liberais: a crise econômica e política é tratada como uma crise de valores, ou seja, como uma questão moral e o apelo à moralização da sociedade emerge, assim, como a solução para o retorno à normalidade.

Nós, assistentes sociais, já conhecemos essa realidade, pois o Serviço Social surge como uma ação reformadora dos costumes, como restauração de valores e não como análise crítica das condições presentes de uma ação ética e objetivação de valores emancipatórios. Em outras palavras, o retorno à moral como moralismo é uma restauração conservadora de valores morais pensados no plano das condutas individuais, e não no nível das condições materiais da sociedade e da política.

Ora, transformar a nossa ação em moralização dos costumes é retirar da ética o seu conteúdo crítico, reproduzindo cegamente a norma institucional e não os valores profissionais; confundindo as normas administrativas de uma organização, isto é, com um conjunto de regras que definem, funções, competências, hierarquias e responsabilidades para cumprir as exigências de funcionalidade e operacionalidade de uma organização com os e princípios e valores que orientam eticamente o exercício profissional.

No âmbito da formação profissional, a universidade, no contexto da sociedade capitalista contemporânea, também funciona como uma empresa, com sua divisão social do trabalho manual e intelectual e não está isenta, como as demais instituições, das determinações do mercado. Nos marcos da crise do capitalismo e das reformas neoliberais que incidem sobre as condições de vida da maioria da população, por um lado, e sobre a educação, de modo específico, a universidade também tem reproduzido objetivamente uma perda de conquistas históri-

cas valiosas que implicam em uma negação de suas potencialidades emancipadoras. Nesse sentido, a universidade pode negar a si mesmo, segundo Marilena Chauí², quando:

- . deixa-se dominar pela ideologia pós-moderna, abrindo mão de seu papel de produtora de conhecimento racional e crítico;
- . nega o direito universal à educação;
- . omite-se em relação à desintegração do ensino de primeiro e segundo grau;
- . não permite o direito democrático à informação, reproduzindo processos burocratizantes e relações de poder dentro e fora da universidade;
- . aceita passivamente ser privatizada e formar somente o que o mercado determinar;
- . reproduz a fragmentação no campo do conhecimento e no trabalho intelectual, separando ensino de pesquisa, exigindo produtividade e não qualidade.

No entanto, a universidade não precisa, necessariamente, reproduzir esse modelo, pois contraditoriamente, é possível optar-se por outro modelo pedagógico; um projeto educacional, cujos desdobramentos éticos e políticos possam ser discutidos e transformados coletivamente, tendo por horizonte uma sociedade com igualdade e liberdade para todos.

É nesse sentido que a ética e a política emergem em seu caráter de escolha consciente dirigida a um projeto coletivo assumidamente comprometido com determinados objetivos e valores.

Quando a ética é dirigida a projetos coletivos ela encontra sua natureza de ação prática social e livre, ou seja, de práxis voltada à liberdade; as ações morais individuais podem, então, ultrapassar as questões voltadas exclusivamente às necessidades singulares para resgatar a conexão entre o indivíduo singular e o humano genérico, adquirindo uma amplitude universal, humana.

Ética e politicamente podemos assim, sugerir algumas considerações no sentido do que entendemos ser importante debater e enfrentar profissionalmente:

- 1) Historicamente, apesar de suas particulares configurações em cada país e contexto histórico, o Serviço Social apresenta uma trajetória marcada pela presença do conservadorismo ético e político, o que demanda o seu enfrentamento, pois ele nega a liberdade e afirma projetos

2 Marilena Chauí, 2001. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora da Unesp.

neoconservadores e manifestações racistas, xenofóbicas, discriminatórias, em termos mundiais.

2) Estudos sobre a vida e as escolhas sociais da população jovem, têm mostrado tendências que conformam uma cultura utilitarista e individualista em detrimento de uma cultura universalista e humanitária, traduzindo-se eticamente pela assimilação de costumes utilitaristas, nos quais o critério ético das ações é dado pelas vantagens individuais imediatas, pela descrença da convivência pública e democrática entre os diferentes e pela anulação dos indivíduos como sujeitos históricos, através de sua reprodução de comportamentos preconceituosos, pautados em estereotípicos e do enfrentamento dos conflitos ético-morais pelo senso comum. Cumpre fazer a crítica a esses comportamentos e valores na formação profissional.

3) A disciplina de ética profissional é fundamental para o aprendizado dos princípios e valores que orientam a prática profissional. Mas ela não é a única a tratar da ética profissional; na verdade a ética é um eixo da formação profissional; como tal, deveria ser uma disciplina transversal a ser discutida nas diversas disciplinas e programas, especialmente nas que tratam da experiência de estágio. Neste sentido, ela deveria ser ministrada sempre após o início do estágio, exigindo uma relação orgânica com o cotidiano, com todos os sujeitos envolvidos, em suas responsabilidades, que compreendem o respeito ao outro, o compromisso com o coletivo e a coerência entre os valores éticos assumidos e as atitudes práticas. Na relação professor e alunos estas responsabilidades são diferentes, exigindo do corpo docente uma constante reflexão sobre suas práticas pedagógicas, critérios de avaliação, postura profissional e relação com os demais colegas – de campo e docentes.

4) O que se observa, nos debates sobre a formação, é uma tendência a não estabelecer-se um debate entre a academia e os campos de estágio; entre a universidade e as instituições onde se dá o trabalho profissional, entre as diversas disciplinas que compõem o currículo. Nesse sentido, o enfrentamento da realidade adversa aos direitos humanos e à liberdade aponta para a necessidade de uma ação coletiva organizada, responsável e compromissada de todos os agentes envolvidos na formação e no exercício profissional: alunos, docentes, profissionais envolvidos nos estágios, entidades profissionais. Significa, portanto, uma ação dirigida para a apreensão e definição de mediações e estratégias favorecedoras da objetivação de uma direção social e política.

5) Uma formação crítica é pressuposto essencial tanto para o desvelamento do significado das escolhas individuais face aos projetos cole-

tivos, quanto para orientar a construção de respostas profissionais que, frente aos desafios cotidianos, tenham a capacidade objetiva de romper com determinados valores ou, em algumas situações, resistir aos limites da ordem burguesa. Nossa tradição cultural e educacional, sabemos que tem respondido com eficiência às exigências da sociedade capitalista, especialmente quando suprime, ou negligencia, abordagens teóricas críticas e de perspectiva universal que objetivam a formação do cidadão.

Neste sentido, a defesa e reprodução dos princípios e valores éticos pelos assistentes sociais só ganham efetividade, ou seja, só se materializam se os sujeitos profissionais os reconhecerem como legítimos, através de sua participação política e de sua autonomia relativa frente aos mesmos. Estamos afirmando que o papel da consciência individual se concretiza na sociabilidade, na participação efetiva dos sujeitos na escolha, legitimação e internalização dos valores, que só então passam a ser reproduzidos conscientemente.

Em tempos de neoliberalismo, no contexto da desumanização crescente das relações sociais, ‘remar contra a maré’, como diz o professor José Paulo Netto, em termos éticos, significa não compactuar com a reprodução de valores que neguem os direitos humanos e sociais, não se omitir diante das injustiças e opressões e discriminações. Tais atitudes éticas – se não são trazidas para o âmbito da ação política – permanecem apenas como objeto de uma indignação que não transforma objetivamente a realidade.

Uma das crenças liberais mais poderosas é a de que a barbárie, assim como as desigualdades, são constitutivas da natureza humana. A visão que Marx nos legou fornece os fundamentos para a desmontagem deste pensamento. Por isso, ‘remar contra a maré’, com esse referencial crítico e histórico, nos permite recusar esta naturalização e tomar nosso destino nas mãos, conscientes de que os homens são os autores de sua história.

Obrigada.